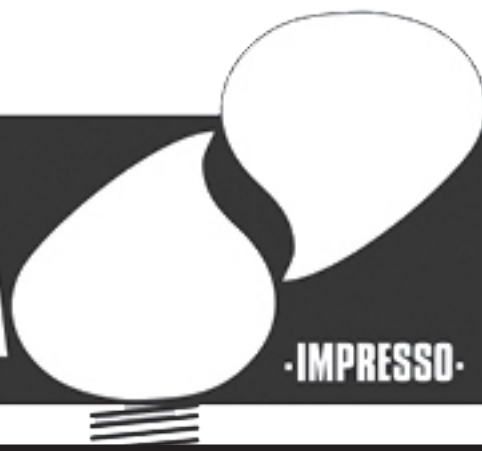




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1389 - 11 de janeiro de 2018



·IMPRESSO·

O CHORO DE ELENA LANDAU

Economista reclama de momento desfavorável para privatização da Eletrobras

CONCURSO PÚBLICO

Concurso na Celesc é fruto da mobilização dos trabalhadores com a Intercel

Golpista

BARRAADA



LIMINAR SUSPENDE POSSE DE CONDENADA EM PROCESSO TRABALHISTA COMO MINISTRA



MP QUE PERMITE A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É CONTESTADA NA JUSTIÇA

Advogado entra com ação popular em Pernambuco

Um advogado entrou com ação popular na Justiça Federal, em Pernambuco contra a privatização da Eletrobras. Antônio Campos questiona a Medida Provisória editada pelo presidente Michel Temer (PMDB) no fim do ano passado que retira da lei a proibição de desestatizar a empresa.

Segundo Campos, o caso não tem urgência, o que faria com que a decisão não pudesse ser tomada em forma de MP. A Medida Provisória é um mecanismo usado pelo presidente da República para questões urgentes e relevantes por ter efeitos imediatos, apesar de depender de aprovação do Congresso Nacional para ser transformada definitivamente em lei. "O Sistema Eletrobras é constituído através de lei e ao assim proceder está se queimando uma etapa de debate democrático no Congresso Nacional e com a sociedade brasileira, dando um marco legal a viabilizar o ajuizamento da presente ação popular", afirma Antônio Campos no documento.

Na ação o advogado defende que a privatização da Eletrobras viola "os princípios da eficiência e da economicidade", afirmando que "a Eletrobras e suas várias subsidiárias demonstram historicamente serem viáveis, bastando seu adequado gerenciamento para que possa continuar a ser patrimônio do povo brasileiro, bem como prestar serviços públicos essenciais de qualidade para a população." Em agosto, quando o governo anunciou os estudos para a desestatização, o advogado entrou com uma ação na Justiça Federal de Brasília. Campos é irmão de Eduardo Campos, candidato a presidência da República pelo PSB, em 2014, que faleceu em um acidente aéreo até hoje não explicado.

ELETROBRAS

O CHORO DE ELENA LANDAU

Economista reclama de momento desfavorável para privatização



Em entrevista ao jornal Valor Econômico, a economista Elena Landau, ex-presidente do Conselho de Administração da Eletrobras e musa das privatizações da era FHC. Na reportagem, Landau chora o fato de que o ambiente político não é favorável às privatizações, profetizando que a venda da Eletrobras não deve acontecer em 2018. Em recente pesquisa realizada pelo Data Folha ficou comprovado que os brasileiros não aprovam a entrega do patrimônio público. Cerca de 70% dos entrevistados afirmou ser contra a privatização de empresas públicas, o que demonstra reconhecimento pelo crime de lesa pátria cometido nos anos 90 que o Governo Temer tenta retomar a todo custo.

A privatização da Eletrobras é um golpe na soberania nacional. Maior empresa de energia da América Latina, a estatal é lucrativa e de grande importância para o desenvolvimento da nação. Os trabalhadores não aceitarão o golpismo e entreguismo de Temer e seus asseclas. A campanha Energia não é Mercadoria continua forte, defendendo nossas estatais e os direitos dos trabalhadores.

Golpista BARRADA

LIMINAR SUSPENDE POSSE DE CONDENADA EM PROCESSO TRABALHISTA COMO MINISTRA DO TRABALHO



O que credencia um político para assumir um Ministério? Para o Governo Temer a regra é clara: tem que ser, além de golpista, condenado na justiça. Depois de destruir os direitos trabalhistas do povo brasileiro e ver seu discurso ir pelo esgoto com o aumento de demissões por conta das novas regras trabalhistas, Temer decidiu agora colocar como Ministra uma condenada na justiça do trabalho.

Cristiane Brasil (PTB) foi indicada para ocupar a vaga de Ronaldo Nogueira, que pediu demissão após divulgar que a reforma trabalhista gerou mais demissões do que empregos. Filha de Roberto Jefferson (PTB), condenado no caso do Mensalão, Cristiane tem seus próprios escândalos.

A nomeação da Deputada Federal foi barrada pela Justiça Federal, após um grupo de advogados entrarem com uma série de ações judiciais questionando a conduta ilibada da Deputada, para assumir o Ministério do Trabalho. Os processos foram apresentados após ser revelado que Cristiane Brasil foi condenada em uma ação trabalhista por não assinar a carteira nem pagar direitos trabalhistas a um motorista que trabalhava cerca de 15 horas por dia para ela e para sua família.

O juiz Leonardo Couceiro afirmou ver indícios de que a escolha para a pasta do Trabalho é contrária a princípios da administração pública. "Em exame ainda que perfunctório, este magistrado vislumbra flagrante desrespeito à Constituição Federal no que se refere à moralidade administrativa, em seu

Os processos foram apresentados após ser revelado que Cristiane Brasil foi condenada em uma ação trabalhista por não assinar a carteira nem pagar direitos trabalhistas a um motorista que trabalhava cerca de 15 horas por dia para ela e para sua família.

artigo 37, caput, quando se pretende nomear para um cargo de tamanha magnitude, ministro do Trabalho, pessoa que já teria sido condenada em reclamações trabalhistas", sentenciou.

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu da liminar, mas teve nova derrota. Nesta terça-feira, dia 9, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve a decisão da Justiça Federal, suspendendo a posse da deputada como Ministra do Trabalho. O Palácio do

Planalto já avisou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter a posse da Deputada.

A indicação de alguém condenada por descumprir a legislação trabalhista e explorar trabalhadores é o retrato mais fiel do Governo Temer. É praticamente uma alegoria para todos os ataques e retrocessos que o povo brasileiro vem sofrendo desde o golpe.

GOLPE

PRESIDENTE DO TST LIBERA DEMISSÕES

Ives Gandra decide que demissões em massa não precisam ser negociadas com sindicatos



Alegando que as chamadas demissões em massa não exigem qualquer negociação com o sindicato da categoria, o Ministro Ives Gandra Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, suspendeu decisão de segundo grau e permitiu a demissão de 150 professores da universidade UniRitter, demitidos logo após a entrada em vigor das novas regras trabalhistas.

De acordo com Gandra, ao impedir a demissão dos professores sem prévia negociação com o sindicato da categoria, a desembargadora Beatriz Renck, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região agiu contra a lei. No entendimento da desembargadora, que havia mantido liminar de primeira instância, não importa se a lei foi alterada: a doutrina e a jurisprudência da Justiça do

Trabalho consideram necessária a intervenção sindical nessa situação. "Os princípios constitucionais que sempre autorizaram a adoção desse entendimento permanecem vigentes, a despeito da regra", afirma.

Para Gandra, no entanto, o novo artigo da CLT supera a jurisprudência. Defensor da destruição dos direitos trabalhistas, o ministro afirmou que ao permitir a demissão em massa dos professores está, na verdade, impedindo o "irreparável que sofrerá a entidade de ensino". Ou seja, novamente o patrão é beneficiado às custas dos direitos dos trabalhadores.

Esse sim é o "grande pacto nacional" dos golpistas: arruinar o trabalho e a vida de quem produz a riqueza no país.

CELESC

CONCURSO PÚBLICO É CONQUISTA

Divulgado nesta terça-feira, concurso é fruto da mobilização dos trabalhadores junto aos sindicatos da Intercel

A Celesc divulgou nesta terça-feira, dia 09, edital de concurso público para preenchimento de vagas em diversos cargos de nível médio, técnico e universitário. Serão ofertadas vagas diretas e cadastro de reserva para os cargos de Atendente Comercial, Eletricista, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica, Técnico em Edificações, Técnico em Telecomunicações, Administrador, Advogado, Psicólogo, Analista de Sistemas, Assistente Social, Economista, Contador, Médico do Trabalho e para os cargos de Engenharia Civil, Mecânica, de Produção Elétrica, Florestal, Ambiental, Agrimensura, Segurança do Trabalho e Telecomunicações.

Para os sindicatos da Intercel, no entanto, o Concurso Público é mais do que isso: é a vitória

dos trabalhadores na luta pela manutenção da Celesc Pública. O concurso público é fruto do trabalho do Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, que apoiado e respaldado pelos sindicatos da Intercel e pelos trabalhadores, se impõe dentro do Conselho na defesa da Celesc Pública. Além disso, é preciso estar atento e lembrar que nas últimas edições as admissões dos aprovados no concurso somente ocorreram por causa da mobilização da categoria que atendeu o chamado dos sindicatos.

Os celesquianos tem consciência que somente com o ingresso de trabalhadores compromissados com a Celesc e com o estado de Santa Catarina que a empresa continuará a figurar entre as melhores distribuidoras de energia do país.



Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
 Conselho Editorial: Patrícia Mendes
 Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
 E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à
 opinião do jornal.

30 ANOS sem Henfil

**O CARTUNISTA QUE FEZ DO HUMOR
UMA ARMA PARA DEFENDER A
POPULAÇÃO OPRIMIDA**



**TÔ VENDO UMA
ESPERANÇA!**



"O verdadeiro humor dá um soco no fígado de quem oprime". Essa é uma das mais conhecidas citações do cartunista, jornalista e escritor mineiro Henrique de Souza Filho, o Henfil. A frase resume com precisão o trabalho do cartunista, cuja morte, por complicações da AIDS, contraída após uma transfusão de sangue, completa 30 anos neste 4 de janeiro. O cartunista, assim como seu irmão, o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, foi um importante militante contra a ditadura militar no Brasil. O exílio de Betinho no Chile seria imortalizado pela canção "O bêbado e a Equilibrista", na voz de Elis Regina.

O artista teve toda sua produção feita durante o regime militar e, por isso, a maior parte de suas obras reflete a luta pela democratização do país, pela anistia aos presos políticos e pelas eleições Diretas Já. Ele foi responsável pela renovação das ilustrações humorísticas brasileiras, criando personagens típicos que se consagraram com os anos, como a Graúna, os Fradinhos e o Capitão Zeferino. A Graúna era um simpático passarinho que trazia, em seus balões de fala, valores críticos. Ela tem sido resgatada pela esquerda brasileira e readaptada para denunciar o golpe que tirou do poder a ex-presidenta Dilma Rousseff.

Para Ivan Cosenza, filho de Henfil, o resgate expõe a atualidade do trabalho de seu pai. "Antes, quando apareciam as notícias do que estava acontecendo, eu republicava algumas charges antigas dele que tinham tudo a ver, algumas pareciam que tinham sido feitas para aquele acontecimento, e não 40 anos antes", afirmou. Cosenza é presidente do Instituto Henfil e inaugurou, em novembro, um projeto chamado "Carta do Pai", uma releitura das consagradas crônicas "Cartas da Mãe" produzidas por Henfil. Nos textos, o filho explica a conjuntura política para o falecido pai: "essa crônica acabou sendo um jeito de situar o trabalho dele com o que está acontecendo, mostrando um pouco da atualidade da visão que ele tinha, que era impressionante".

Henfil cresceu na periferia de Belo Horizonte, onde trabalhou como embalador de queijos e jornalista, até especializar-se em quadrinhos na década de 1960. Como ilustrador, chegou a trabalhar nas revistas Realidade, Visão, Placar, O Cruzeiro, e O Pasquim. Na década de 1970 criou a revista humorística Fradim. Na época, mudou-se para São Paulo em um apartamento que ficou conhecido como "bunker", por abrigar outros cartunistas como Angeli, Glauco, Nilson e Laerte Coutinho. De acordo com Laerte, que relembrou seus momentos com o falecido cartunista, trabalhar com Henfil era, ao mesmo tempo, "muito legal e exasperante". "A gente sentava para produzir coletivamente, mas o Henfil tinha uma velocidade e uma profusão na criação que a gente não chegava aos pés. A gente ficava pensando ideias, e ele já tinha desenhado uma dúzia de cartuns. Ele era assim, a cabeça dele era uma usina muito ativa", contou. A cartunista conta ainda que Henfil estava decepcionado e pessimista com a política brasileira no final de sua vida, mas opina que ele certamente continuaria militando pela democracia e denunciando o golpe de 2016. Ela ressalta que o maior legado de Henfil é a defesa dos direitos do povo por meio do humor. "Ele tem uma conexão com a linguagem do humor e do humor vinculada à defesa da população brasileira mais oprimida, que é importantíssimo a gente manter a vista. Esse legado é o principal dele, nunca deixar de lado os que sofrem, que são a maioria mesmo", disse.

